**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 36ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 36ª Reunião realizada em 20 de março de 2013, às 15 horas e 44 minutos, na sala 19 da Ala Alexandre Costa, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença dos Senadores **Ana Rita (PT/ES)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Ana Amélia (PP/RS)** e **Armando Monteiro (PTB/PE)**, e dos Deputados **Dr. Rosinha (PT/PR), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Keiko Ota (PSB/SP), Carmem Zanotto (PPS/SC), Dalva Figueiredo (PT/AP), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Rosane Ferreira (PV/PR)**. Compareceram ainda os parlamentares não membros Deputada **Luciana Santos (PCdoB/PE)** e **Deputada Magda Mofatto (PTB/GO)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Lúcia Vânia (PSDB/GO) e Maria do Carmo Alves (DEM/SE);** e os Deputados: **Marina Santanna (PT/GO), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Gorete Pereira (PR/CE), Sueli Vidigal (PDT/ES), e Ademir Camilo (PSD/MG).** Na ocasião foi realizada reunião administrativa para tratar da prorrogação dos trabalhos da CPMI.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Esta é a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

A colocação desta reunião tem como objetivo publicizar as razões por que a Mesa desta CPMI, em construção com os demais membros da CPMI, protocolou ontem a prorrogação do prazo para o funcionamento desta Comissão.

Nós queremos passar agora, neste momento, a palavra à Senadora Ana Rita, dizendo que a referência desta Comissão e o respeito com que ela é tratada na Casa se expressam pelo número de assinaturas que ontem, na Câmara Federal, nós membros desta Comissão, juntos, eu, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Rosane e o Deputado Rosinha, conseguimos. Em menos de duas horas, foram 241 apoiamentos de Deputados que concordam com a prorrogação. Isso significa que praticamente são 70 Deputados a mais do que o necessário e do que é estabelecido pelo Regimento. O Regimento exigia que nós tivéssemos 171 assinaturas; e nós conseguimos 241 assinaturas em menos de duas horas. Isso é a demonstração do respeito e da importância que aquela Casa – no caso a Senadora aqui é responsável pelas assinaturas daqui – dá para os resultados desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Com a palavra, a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, para as informações que se fazem necessárias.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada, Presidenta, nossa querida Deputada Jô Moraes, que tem sido também uma lutadora incansável para que nós pudéssemos chegar ao ponto em que chegamos dos trabalhos da CPMI. Quero aqui cumprimentar as colegas Deputadas aqui presentes.

Eu quero, antes de mais nada, Srª Presidente, ratificar o que a senhora acabou de informar. Nós contamos com o apoiamento de muitos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Num tempo recorde, nós conseguimos assinaturas mais do que suficientes para que nós pudéssemos aqui hoje nos reunir e apresentar a necessidade de realmente haver uma prorrogação, considerando algumas razões que aqui eu vou relatar.

Muito nos anima e muito nos encoraja esse apoiamento, porque é sinal de que há um respeito por parte de todos os nossos colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas ao trabalho que a CPMI desenvolveu durante todo o ano passado e até os dias de hoje.

Então, eu quero aqui também fazer um registro de agradecimento aos nossos colegas das duas Casas aqui do Congresso Nacional por reconhecer a importância e o valor que esta CPMI tem, ao dar esse apoiamento para que nós possamos ter mais alguns dias no sentido de fechar a revisão do nosso relatório.

Srª Presidenta, Srªs Deputadas aqui presentes e demais que aqui já estiveram, quero falar de alguns motivos que nos levaram a solicitar a prorrogação de prazo. Acho que é importante isso ficar claro, porque há uma expectativa muito grande por parte das entidades que representam as mulheres do nosso País. Há uma expectativa muito grande por parte dos órgãos governamentais, tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais. E também há uma expectativa muito grande por parte das instituições, do sistema de Justiça no sentido de aguardar o resultado desta CPMI. Então, isso é muito bom e também reforça a nossa responsabilidade diante desse trabalho que nós estamos realizando.

Então, é importante que fiquem claros os motivos e as razões pelas quais nós estamos solicitando a prorrogação. Uma das questões que eu quero aqui ressaltar é que a última diligência e visita ao Estado que foram realizadas no ano passado ocorreram no dia 14 de dezembro de 2012 no Estado de Goiás. Nós fizemos diligência, fizemos audiências públicas no dia 14 de dezembro. Isso mostra que tínhamos uma expectativa de concluir os trabalhos ainda em dezembro, mas, em função das demandas e dos pedidos que nós recebemos dos Parlamentares e das Parlamentares, nós não tivemos condições de fechar o nosso trabalho no mês de dezembro, a tempo de apresentar o relatório.

Nós fizemos a última visita e diligência, com audiência pública, no dia 14 de dezembro em Goiás. Então, isso mostra a necessidade, o tempo que nós ficamos.

Foram aprovados nesta Comissão 717 requerimentos de informações aos Estados e foram recebidos 363 documentos, totalizando mais de 15 mil páginas. Quinze mil páginas que não foram apenas recebidas, mas foram todas lidas minuciosamente. Foram todas analisadas com muita atenção, com muito cuidado, e isso demanda um tempo grande.

Ainda os últimos documentos recebidos dos Estados aconteceram agora no mês de fevereiro de 2013. Nem todos os Estados nos responderam a tempo e a contento. Então, a CPMI também recebeu documentos este ano e agora no mês de fevereiro.

Como nós estamos hoje, só para nivelar e informar a todos e a todas?

Todos os documentos recebidos pela CPMI, documentos vindos dos órgãos federais, estaduais, documentos recebidos pelos movimentos de mulheres, todos, sem exceção, foram analisados pela CPMI. Feita a primeira análise do relatório, nós necessitamos de uma revisão cuidadosa. O relatório está pronto, mas necessita de uma revisão cuidadosa, porque possui documentos com informações contraditórias, inclusive documentos vindos de juizados especializados, documentos vindos de outros órgãos públicos, que apresentam informações... Há informações de um órgão que diz uma coisa, um outro órgão do mesmo Estado diz outra coisa, ou às vezes, até do mesmo sistema – por exemplo, um sistema de segurança, cujas informações vindas da delegacia são de uma forma e as que vêm de um outro órgão são outras.

Então, nós precisamos justamente fazer uma revisão cuidadosa de todos esses documentos que chegaram, para que nós não corramos – a palavra correta é esta – nenhum equívoco no sentido de divulgar uma informação que poderá ser, posteriormente, questionada por alguma autoridade. Não queremos correr esse risco. Portanto, queremos ter mais tempo para fazer uma análise minuciosa, porque o documento merece, e o nosso trabalho foi muito intenso. Portanto, o relatório tem de ser bem apresentado.

Também quero dizer que são mais de 600 páginas de análise das políticas do Orçamento, da legislação e da situação da rede de atendimento dos Estados, incluindo, inclusive, os Estados não visitados. Nós visitamos 17 Estados mais o Distrito Federal, mas recebemos informações de todos os Estados da Federação e de todos os órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência. Então, temos hoje, só na parte de redação do relatório, mais de 600 páginas, sem contar os anexos, que são muitos.

Precisamos, ainda, Srª Presidenta, de um tempo maior, não só para que esta Relatora tenha a atenção e o cuidado de analisar o relatório, de fazer essa revisão, mas para que também as Parlamentares e os Parlamentares possam ter tempo de fazer a sua própria análise. Não queremos aqui votar um relatório que tenha uma análise superficial por parte dos membros que compõem a Comissão. Queremos e desejamos que todos os que compõem esta Comissão possam ter um tempo razoável, suficiente, para que façam a sua leitura, sua análise, sua crítica e possam oferecer as sugestões para possíveis ajustes ou mudanças.

Nós queremos também garantir um tempo para maior fundamentação para as críticas e sugestões. Estamos propondo uma série de medidas para superar as dificuldades encontradas, os desafios percebidos e queremos ouvir também dos membros da Comissão as suas críticas e observações também com relação a essas propostas que estamos apresentando.

Portanto, Srª Presidenta, há uma necessidade, com certeza, de fazer um maior aprofundamento de toda essa análise, e quero aqui ressaltar uma coisa altamente importante do meu ponto de vista, e acredito que também esse é o sentimento e a opinião de todos os colegas e de todas as colegas Parlamentares que compõem esta Comissão. Nós estamos produzindo um documento único no País. Não existe coisa igual hoje no País. É único, é especial, é diferente, porque está sendo produzido a partir de diversos olhares: a partir de quem produziu os documentos e nos passou; a partir da escuta, porque nós escutamos muito também as autoridades e os movimentos sociais, por meio de audiências públicas, reuniões e visitas e também pela nossa observação *in loco*. Nós visitamos diversos equipamentos em 17 Estados.

Então, este é um documento único, com a sistematização de todas as informações colhidas. Não existe nenhum relatório ou pesquisa no tema da violência contra as mulheres que trabalhe com tantos elementos ao mesmo tempo. É claro que, no País, temos pesquisas, temos estudos, temos análises, mas, com a especificidade que foi adotada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, não existe. Este é um relatório único.

Diante disso, Srª Presidenta, esta solicitação de adiamento, para que possamos, de fato, fazer uma revisão cuidadosa do nosso relatório, é muito em função de que se trata de um conteúdo, conforme eu disse, obtido de diversas formas, de uma natureza singular, e este relatório tem essa natureza. É um relatório de natureza singular, especial, diferente e que nós acreditamos muito que poderá ser um instrumento valioso para todos os Poderes públicos, tanto por parte do Executivo, como por parte de todo o sistema de Justiça e, inclusive, para o Legislativo, no sentido de propor iniciativas de projetos de lei que possam superar as dificuldades que estamos enfrentando, mas também na elaboração de políticas públicas nos três níveis de governo.

Então, é com esse objetivo, é com esse desejo que nós solicitamos o adiamento, conforme já foi identificado, por mais 120 dias. É claro que talvez não precisemos de todo esse tempo. É bem possível que, talvez, a metade desse tempo seja suficiente, mas, para que não tenhamos de recorrer novamente aos colegas Parlamentares no sentido de solicitar novamente qualquer possibilidade de prorrogação, estamos estendendo porque esse é um tempo bom, é um tempo razoável para que possamos oferecer à sociedade brasileira este trabalho que estamos fazendo.

No mais, Srª Presidenta, quero agradecer muito a colaboração de todas vocês, de V. Exª como Presidenta; da nossa Deputada Keiko Ota como Vice-Presidente; das demais integrantes desta Comissão e dos integrantes que estiveram conosco nos apoiando, nos ajudando e sendo, de fato, parceiros nesse processo.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passamos, agora, a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Obrigada, Deputada Jô Moraes, nossa Presidente da CPMI.

Senadora Ana Rita, a minha fala vai no mesmo sentido da alegria de ontem, quando nós, conjunto de Parlamentares, fomos buscar as assinaturas para que pudéssemos ter mais prazo para a conclusão dos nossos trabalhos. Não houve um Parlamentar que dissesse que não era importante esta CPMI. Então, queria aqui dizer que o trabalho de busca das assinaturas na noite de ontem foi gratificante, porque o conjunto de Parlamentares que não fazem parte da Comissão acolheram nosso pedido com muita rapidez e com muita sinceridade nas falas. Aí, acabamos descobrindo que alguns colegas Parlamentares já tiveram, dentro das suas famílias, pessoas vítimas de violência, levando-as inclusive à morte.

Então, esta CPMI tem todo o direito...

Tenho certeza, Senadora, V. Exª como Relatora, de que esse prazo é fundamental, porque o trabalho da Comissão como um todo já foi árduo, intenso, com uma série de documentos, e esse prazo é importante, sim, porque esta Comissão vai conseguir consolidar com mais objetividade, com mais clareza o conjunto de documentos que a Comissão recebeu. Então, é gratificante ver o reconhecimento por parte dos Parlamentares que não fazem parte da Comissão em relação ao trabalho desta Comissão.

Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Carmen.

Só esclarecendo à Deputada Professora Dorinha que nós, como V. Exª sabe, ontem protocolizamos o período de prorrogação, e este era o momento de informar e publicizar o debate que realizamos entre nós em torno das razões que levaram a essa solicitação.

Com a palavra a Deputada Rosane

**A SRª ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Rapidamente, Deputada Jô Moraes, Senadora Ana Rita, quero ratificar a fala da Deputada Carmem Zanotto, acerca da rapidez com que conseguimos as assinaturas dentro do plenário, que foi surpreendente. Isso mostra a sensibilidade dos Parlamentares com relação à causa, o reconhecimento de que ela existe e de que temos que tomar alguma providência.

Acabo de abrir os meus *e-mails* e vejo uma notícia: “Ex-marido algemou e deu um tiro na nuca de dona de confeitaria no comércio central de Curitiba.” A notícia fecha – é sempre muito parecido – mostrando uma situação: “Durante o sequestro, o acusado ainda teria algemado e trancado a própria filha de seis anos em um cômodo da panificadora. Nas últimas semanas, a empresária teria registrado pelo menos 12 boletins de ocorrência contra o assassino.”

Acabo de responder ao *e-mail*, dizendo que vamos ter que nos debruçar sobre isso, sobre essa questão, sobre o que ocorreu, sobre como ela não teve essa garantia de vida e sobre o que está acontecendo ainda, sobre o que persiste, embora muitas ações, no Paraná, foram adotadas em decorrência da CPMI. Foram adotadas muitas ações, mas não o suficiente para proteger as nossas mulheres – mulheres empreendedoras, mulheres chefes de família, como essa que acaba de ser assassinada.

Quero só dizer não da minha alegria, porque não posso usar esse termo, mas da minha satisfação de ter caminhado por esse tempo ao lado das senhoras e do grande aprendizado que tive aqui com a determinação e coragem de V. Exªs.

Então, vamos em frente, Deputada Jô Morais, Senadora Ana Rita, vamos apresentar o melhor relatório, o relatório mais eficiente e eficaz, ou seja, factível, de forma a mudar essa realidade e a realmente proteger as nossas mulheres, porque, se o fizermos dessa forma, estaremos protegendo toda a sociedade.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Professora Dorinha.

**A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** (DEM –TO) – Na verdade, acho que foi bem colocado aqui: o tema é extremamente sério e exige realmente bastante cuidado. Acho que existe hoje uma expectativa e um momento extremamente favorável na sociedade pela provocação dos temas. Tenho certeza de que, Senadora, esse tempo dá condição para a produção de um relatório que tenha, realmente, eficácia em relação a um problema com o qual, infelizmente ainda, a sociedade é permissiva. A estrutura de proteção ainda é muito reduzida. Sinalizo o pesar de eu não ter conseguido fazer a audiência pública no meu Estado, onde, infelizmente, temos índices ruins em relação a outros Estados, além de uma estrutura muito pequena de proteção à mulher.

Tenho uma expectativa – inclusive já conversei com a Presidente – de fazermos um trabalho no Estado, porque é inadmissível que um Estado jovem como o Tocantins não consiga estruturar a proteção às suas mulheres. Infelizmente, a única delegacia que temos na capital fecha na sexta-feira às 6 horas da tarde. A estrutura, a situação de proteção é precária. Acompanhei o lançamento feito pela Presidenta Dilma daquele espaço que Palmas vai receber. Tenho certeza de que o relatório vai nos ajudar a construir um caminho para o atendimento, para a formação.

A minha área é a educação. Acho que se não conseguirmos chegar a um processo cultural e educacional, estaremos formando pequenos monstrinhos, que continuam, no sentido da criança, achando que é normal, que as relações familiares podem ser permeadas ainda pela permissividade da agressão física. Então, eu aço que existem medidas de diferentes prazos. Uma delas, que é de longo prazo, é a educação – e é urgente. Ela pode formar um novo padrão de cultura e de sociedade.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Professora Dorinha, evidentemente a nossa sugestão é que a Assembleia de Tocantins realize uma audiência pública com o seu próprio requerimento, convocando-nos para estar presentes, independentemente de não ter mais prazo hábil, para incorporar, no relatório, a audiência pública.

A Senadora Relatora tem como objetivo incorporar relatos de todos os Estados. Com a realização da audiência pública em Tocantins, poderá precisar melhor os dados que as autoridades já informaram e ajudar na construção e precisão, independentemente do prazo que não temos mais. Tenho certeza de que a Senadora Ana Rita e eu estaremos à disposição se a audiência pública for requerida pela Assembleia Legislativa.

Passo a palavra para a Deputada Magda Mofatto.

**A SRª MAGDA MOFATTO** (PTB – GO) – Boa tarde a todos. Boa tarde, nossa colega e amiga Deputada Jô Moraes, meus cumprimentos à Senadora Ana Rita.

Quero fazer um comentário acerca de uma notícia que, esta semana, li no jornal de maior circulação no Estado de Goiás, *O Popular*. A notícia me trouxe uma apreensão bastante grande, e, nessa apreensão, senti como é importante fortalecer esse trabalho realizado aqui. É um trabalho de pesquisa, um trabalho em que se fortalecem as vítimas em geral, já que a vítima não é só a mulher, são as crianças também. A notícia que se veiculou nesse jornal é da não denúncia por parte de médicos em violências contra crianças e mulheres.

O que a matéria dizia? Primeiramente, que o médico não tem testemunha da violência. A única coisa que ele tem é o fato, ou seja, a criança ou a mulher que chega violentada, porque apanhou, porque sofreu nem posso dizer maus-tratos, mas muito mais do que maus-tratos, ou seja, violência de fato. Se chegou ao médico é porque a situação foi grave. Então, a não denúncia é ainda um fato que nos mostra que, por trás disso, existe muito medo ainda dessa denúncia. Do trabalho de vocês, do trabalho aqui, que espero que seja nosso, quero cada vez mais participar e estar junto no sentido não só de investigar, mas de dar força e apoio às vítimas exatamente por conta de elas terem medo de denunciar, terem medo de falar.

A minha presença aqui, Deputada, é exatamente por conta disso. Parabéns ao trabalho de vocês. Quero também me unir e colaborar. Deputada Rosane, tenho assistido ao seu trabalho e acompanhado muito sua dedicação, seu esforço junto com outras Deputadas que se têm empenhado nisso. Está havendo união cada vez maior de mulheres que levantam essa bandeira. É importante que chamemos cada vez mais homens para participar de um esforço coletivo, porque eles também são contra. Eles não são favoráveis a esse tipo de violência, de maneira nenhuma, de nenhuma espécie de violência. Então, quanto mais tivermos a presença de homens participando – devemos chamá-los também –, vamos nos fortalecer mais no sentido de cobrar e não permitir a frequência tão grande que temos visto.

Era o que eu tinha a dizer.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Magda, é muito importante o que disse até porque V. Exª tem sido parceira, mas eu queria sugerir, nessa reta final dos trabalhos da CPMI, que V. Exª solicitasse do seu líder a sua indicação para integrar a Comissão porque a vaga de titular do PTB ainda existe, e a sua presença, mesmo nessa reta final, seria muito importante.

Então, queria que V. Exª solicitasse ao seu líder.

**A SRª MAGDA MOFATTO** (PTB – GO) – Com certeza, vou fazê-lo.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de passar a palavra para a Relatora para as palavras finais, faço dois registros: primeiro, cumprimento o *Correio Braziliense* pela manchete: “Ser mulher no Brasil é correr risco de vida.” Essa manchete tem tamanha força e tamanha sensibilidade da epidemia social que estamos vivendo, que, ao publicizá-la, nós estamos prestando – e no caso o *Correio Braziliense* – exatamente uma colaboração para que a sociedade tenha a dimensão do que nós estamos vivendo. Cada um de nós, provavelmente, deve ter o fato, e nós tivemos, segunda-feira, também um assassinato lá em Minas Gerais.

Eu queria, ao mesmo tempo, fazer o segundo registro.

A população economicamente ativa integrada por mulheres, no Brasil, chega, hoje, a 40% de trabalhadoras que integram a população economicamente ativa. Hoje, as chefes de família mulheres chegam a um percentual de 30% das famílias constituídas.

Um pronunciamento, hoje, do Deputado Marco Feliciano, acerca da luta pelos direitos dos trabalhadores nos preocupa muito. Foi publicado no jornal *O Globo*. O que diz o Deputado?

*Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos*.

Por que eu registro isso? É que 40% da população economicamente ativa no País, de trabalhadoras, são constituídos por mulheres. Trinta por cento das famílias brasileiras são chefiadas, dolorosamente, por mulheres, então, isso significa que as trabalhadoras deste País arrancam com suas mãos a dupla jornada. Elas enfrentam o trabalho doloroso, elas enfrentam salários rebaixados. Hoje, as mulheres trabalhadoras ganham 73% do salário dos homens. Hoje, as famílias chefiadas por mulheres não contam com creches para que os seus filhos tenham proteção, não contam com salários dignos para que possam deixar os seus filhos, então, quando se fala e se combate o direito das trabalhadoras, nós estamos atingindo a sociedade brasileira como um todo.

Por mais que seja uma situação complexa, nós não podemos deixar de registrar nossa indignação ante palavras que chocam profundamente e confrontam a realidade, e confrontam a verdade, porque 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Logo, nós somos trabalhadoras, mães e temos a dignidade de lutar cada vez mais por nossos direitos.

Eu queria passar a palavra, para o seu encerramento, à Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Lamentavelmente, nós temos de ver isso. Lamentavelmente.

Então, acho que, mais do que nunca, nós, mulheres, precisamos, cada vez mais, ser firmes no nosso propósito, porque é inadmissível que colegas Parlamentares tenham esse tipo de postura, esse tipo de comportamento, esse tipo de visão ainda, em pleno século 21, e, depois de tantas conquistas que as mulheres brasileiras conseguiram a duras penas, temos de ouvir isso de um Parlamentar que está, aqui, representando a população brasileira, que, na sua maioria, é formada por mulheres.

Então, todo o nosso repúdio a esse tipo de fala.

Eu quero, então, Srª Presidenta, já finalizar aqui e, primeiro, agradecer a todos vocês, a todas vocês, mulheres, Parlamentares, colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Quero agradecer, também, à equipe técnica de assessores que tem nos acompanhado, nos ajudado; agradecer muito à Carmem, nossa assessora, que tem se debruçado firmemente sobre esse relatório, com o apoio, com certeza, do Penaforte, o apoio da Cleide, o apoio da Flávia.

É bom dizer também que, nesse processo, nós constituímos duas subcomissões: uma para buscar as informações orçamentárias; outra para cuidar da questão legislativa, para analisar os projetos que estão em tramitação aqui, no Congresso Nacional. Essas subcomissões foram compostas também por pessoas que não são do quadro do Parlamento, mas que aqui vieram com toda a boa vontade, representando outros órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública. Aqui vieram advogados e juízes, enfim, pessoas que se dedicaram a esse trabalho durante esse período.

Sei que não estamos finalizando o trabalho. Esse agradecimento mais detalhado nós o faremos ao final dos trabalhos. Mas já quero me antecipar e dizer que, hoje, esse conteúdo já está trabalhado e que isso é fruto do trabalho de muitas pessoas que nos ajudaram durante esse período.

Então, é isso o que quero dizer, Srª Presidenta. Quero agradecer muito e dizer que nós vamos fazer essa revisão com muito cuidado e com muita atenção.

Srª Presidenta, também é importante registrar duas coisas aqui a partir da fala tanto da Deputada Dorinha quanto da Deputada Rosane.

Infelizmente, nós nos deparamos com situações de violência contra as mulheres todos os dias. Infelizmente, o *Correio Braziliense* traz isso, outros meios de comunicação têm trazido isso. A Deputada Rosane levanta o fato de que, todos os dias, nós estamos vendo situações como essa. E o que mais nos deixa tristes é que muitas estão morrendo por que, de fato, o Poder Público está sendo omisso.

V. Exª relatou um fato: com 12 queixas na delegacia, a mulher não obteve proteção e acabou sendo assassinada.

Recentemente, no Estado do Espírito Santo, também várias mulheres foram assassinadas, mas quero destacar um caso: o pai, juntamente com a vítima, esteve na delegacia em um Município do interior para fazer o registro, mas não foi aceito o registro porque o policial que o atendeu disse que aquilo ainda não caracterizava violência. Ela estava sendo plenamente ameaçada, houve várias ameaças de morte, e o registro não pôde ser feito porque isso não caracterizava violência. E a moça foi assassinada com seis tiros pelas costas.

Isso acontece todos os dias em todas as cidades brasileiras. Essa situação precisa ser mudada. Aqui, foi lembrado muito bem que o Governo Federal lança um programa importante, que é o Programa Mulher, Viver Sem Violência, com a criação da Casa da Mulher Brasileira. Esse é um passo altamente importante, mas precisamos dar muitos outros passos, para que a nossa sociedade possa ter um comportamento diferente, para que essa cultura machista e patriarcal, essa cultura de violência possa realmente ser vencida e para que possamos, de fato, construir uma sociedade melhor para todas nós.

Srª Presidenta, era isso que eu gostaria de falar.

**A SRª ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Permita-me só fazer um aparte, Senadora?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Tem a palavra a Deputada Rosane.

**A SRª ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Há algum tempo, li um artigo – de cujo autor, infelizmente, não me recordo – que dizia que a criança, quando sai do ventre materno e vai ao seio da mãe, tem nessa mãe a referência do cuidado com a sua vida e cresce com aquela mãe sendo seu porto seguro. Na primeira infância, quando ela vê essa mãe ser agredida, quando ela testemunha isso, ela se perde no universo. Quem deveria protegê-la, quem deveria cuidar dela, quem é seu porto seguro se fragiliza diante dela, e ela perde os referenciais afetivos. Isso tem uma conotação desastrosa para a formação moral e afetiva. Nunca ela sai ilesa dessa história: ou ela se retrai, ou ela agride. E isso deixa marcas profundas no seu desenvolvimento. Não sei o autor do artigo, mas acredito fielmente nessas palavras.

É essa a história que sempre temos de refletir na sociedade. E sempre temos de fechar mesmo com esta frase: realmente, em briga de marido e mulher, não se mete a colher, mete-se a polícia, metem-se as instituições públicas. Todos nós nos metemos nessa questão para salvar a sociedade.

Parabéns, mais uma vez, pela condução do trabalho de V. Exªs!

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Rosane.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar esta reunião, comunicando que, em breve, informaremos a convocação da reunião em que será apresentado, inicialmente, os trabalhos para serem debatidos e aprovados.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 28 minutos.*)

**Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)**

Presidente